https://journals.scientia.international/SIJSocial
Scientia International Journal for Social Sciences
Vol. 1, 1 (2026)
Tipo: Artigo de pesquisa | DOI: 10.56365/v4wk4566

Diplomacia cultural como instrumento de política externa nas relações internacionais do Brasil e da Índia

Leonardo Francys Prates [1], Maria de Fátima Bento Ribeiro [2]*

[1]Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Brasil; https://orcid.org/0009-0000-2840-8057
[2]Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Brasil; https://orcid.org/0000-0002-3947-5121

* Autor correspondente: mfabento@hotmail.com.

Resumo

Este artigo analisa a utilização da diplomacia cultural como instrumento de política externa por parte do Brasil e da Índia através dos seus respectivos órgãos de promoção cultural, o Instituto Guimarães Rosa (IGR) e o *Indian Council for Cultural Relations (ICCR)* e se ela acontece da mesma maneira. A hipótese inicial é de que apesar da diplomacia cultural brasileira ser antiga e consolidada, há uma grande lacuna se compararmos com a estratégia e execução indiana. A metodologia utilizada é a qualitativa, com base na análise documental e revisão bibliográfica exclusivamente de autores brasileiros e indianos, principalmente da obra *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*, de Edgard Telles Ribeiro. Em seguida, analisou-se a distribuição geográfica e econômica das unidades ao redor do mundo, evidenciando os pontos positivos dessas distribuições. Por fim, foi possível concluir que a promoção da cultura por parte dos dois países não ocorre da mesma maneira, tampouco de maneira recíproca, e que a diplomacia cultural ainda é vista como mero elemento complementar, ao invés de instrumento estratégico nas relações internacionais e na política externa brasileira.

Palavras-chave: Brasil; Diplomacia Cultural; Índia; Política Externa.

Detalhes do artigo | Avaliação por pares aberta
Editado por:
Bruno César Alves Marcelino
Avaliado por:
Fabio do Vale
Antonio Guimarães Brito
Citação:
Prates, L. F., & Bento Ribeiro, M. de F. (2026). Diplomacia cultural como instrumento de política externa nas relações internacionais do Brasil e da Índia. *Scientia International Journal for Social Sciences*, 1 (1), 18. https://doi.org/10.56365/v4wk4566

Histórico do artigo
Recebido: 10/10/2025
Revisado: 02/03/2026
Aceito: 21/05/2026
Disponível: 28/05/2026

Check for updates

ISSNe 3127-2894 © 2026 Os autores. Publicado por Scientia.International S.L. (Espanha).
Artigo de acesso aberto sob licença CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0).

1. Introdução

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Índia, em 1947 e, no ano seguinte, em 1948, estabeleceria suas relações diplomáticas (VIEIRA, 2023, p.9). Duas décadas depois, o Brasil receberia a Primeira-Ministra Indira Gandhi em território brasileiro. Essa visita visava firmar parcerias em diversas áreas entre Brasília e Nova Delhi, sobretudo no setor atômico e cultural. A partir destes protocolos iniciais seriam elaborados, no total, mais de 55 acordos bilaterais, sendo aproximadamente 40% desses acordos sobre educação, cooperação técnica, cultura e imigração, até 2019 (UEBEL, 2019, p.37).

Em 1950, teríamos a primeira versão do que hoje conhecemos como Instituto Guimarães Rosa, chamado de Leitorado Brasileiro, enviando pesquisadores, escritores e professores brasileiros a universidades estrangeiras, com o objetivo de criar a área de estudos brasileiros dentro dessas instituições (COELHO; ALMEIDA, 2024, p. 10). Finalmente, em 2022, após diversas modificações, surge o Instituto Guimarães Rosa (IGR), compilando a maioria das atribuições que envolvem a coordenação e a promoção da cultura brasileira para além dos limites territoriais do país.

O *Indian Council for Cultural Relations* (ICCR)[*] é um órgão pertencente ao Ministério das Relações Exteriores da Índia, criado em 1946, que tem como objetivo promover o intercâmbio cultural com outros países e propagar sua cultura sob o olhar indiano. Desde sua criação, tem atuado ativamente em diversos países pelo mundo, com foco nas nações emergentes, nos países parceiros — como os do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) — e nos da diáspora indiana (ICCR, 2025b).

Nesse contexto, a fins de comparação, surge o questionamento: A promoção da cultura brasileira e indiana ocorre da mesma forma?

Para responder essa pergunta, o objetivo geral do presente trabalho é entender como a cultura serve de instrumento da política externa nas relações entre o Brasil e a Índia, e a relação de ambos com os demais países do sistema internacional. Como objetivo específico, será introduzido um breve contexto da história da Diplomacia Cultural de cada país e como ela se dá nos dias atuais, através dos órgãos de promoção cultural de cada Estado, o Instituto Guimarães Rosa e o Conselho Indiano para Relações Culturais. A análise da atuação de cada instituto cultural se dará, em partes, também de forma comparativa, destacando suas principais ideias e lacunas, possibilitando identificar os pontos a se reforçar. Para tanto, levar-se-á em consideração: a distribuição geográfica como ponto importante para entender a presença internacional; os objetivos da política externa de cada país e em como a cultura promove uma sensação de confiança entre Estados; e a distribuição de ambos os órgãos no quesito econômico, destacando os principais parceiros comerciais e o potencial de crescimento nesse setor.

A hipótese inicial é que, apesar da diplomacia cultural brasileira ser antiga e bem consolidada (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.204), há ainda uma discrepância na promoção de sua cultura em relação à Índia, visto que não há, atualmente, uma unidade fixa do Instituto Guimarães Rosa em território indiano, como há do *Indian Council for Cultural Relations* no Brasil. Indo além das relações bilaterais, em um contexto da formação inicial do BRICS — agora, BRICS+[†] — , é possível observar que a Índia possui uma maior atenção

---

[*] Em português: Conselho Indiano para Relações Culturais

[†] Fazem parte do BRICS+: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã (BRICS, 2025).

à expansão cultural para seus membros, tendo presença, através do ICCR, nos outros 4 países fundadores. Isso demonstra o papel estratégico que a Índia atribui à diplomacia cultural em sua política externa. Em comparação, o Brasil só está presente, por meio do IGR, na África do Sul, sobretudo em razão das iniciativas de parceria entre o Brasil e o continente africano (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.215). Ademais, a cultura serve como meio de aproximação, estimulando negociações, confiança e diálogo entre Estados e, visto a crescente relevância da Índia no cenário internacional, esse contato de culturas traria incontáveis resultados a longo prazo (RIBEIRO, 2025, p.24).

Considerando tais elementos, além da crescente colaboração em diversas áreas que o Brasil tem avançado cada vez mais com a Índia desde o início das relações bilaterais entre os países (VISWANATHAN, 2019, p.24–25), torna-se necessário estudar as relações culturais indo-brasileiras como instrumento facilitador dos demais pontos de interesse entre os dois países, tendo também em vista o cenário favorável de colaboração — oportunizado pela atual conjuntura internacional— e pela expansão e fortalecimento dos BRICS. Para tanto, este trabalho adotará como referência principal a obra de Edgard Telles Ribeiro: *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Publicado originalmente em 1989, o livro é considerado um marco na reflexão sobre a diplomacia cultural do Brasil, justamente por seu caráter pioneiro à época. Até hoje, a obra é amplamente reconhecida por sua relevância na concepção da cultura como ferramenta de política externa e fator de influência em outros setores. Em 2011, foi lançada uma versão revisada e atualizada à conjuntura daquele período e, mais recentemente, em 2025, ganhou uma terceira edição — versão utilizada durante o presente trabalho — que retoma e adapta suas ideias ao cenário contemporâneo.

Metodologicamente, apresenta-se uma abordagem analítica e exploratória, de método qualitativo, utilizando como fonte para a coleta de dados a: revisão bibliográfica, análise documental e análise de dados econômicos. Como fontes primárias estão os acordos firmados entre os países, os sites governamentais de cada instituto e os indicadores do Banco Mundial. Já como fonte secundária está a análise de textos, artigos e de livros relacionados ao tema. Foram utilizadas somente produções de autores brasileiros e indianos, como fontes primárias e secundárias, por opção do autor, com o objetivo de trazer uma perspectiva do Sul sobre o próprio Sul.

Sendo assim, o trabalho está dividido em 4 seções: uma introdução; uma seção apresentando a diplomacia cultural de cada país; uma seção apresentando a distribuição geográfica e econômica dos institutos; e uma conclusão. Levando todos estes pontos em consideração é que busca-se responder o questionamento cerne do presente trabalho.

2. Diplomacia Cultural

A cultura tem ocupado papel cada vez mais relevante nas estratégias de política externa de diversos países, funcionando como meio de projeção internacional e ferramenta de aproximação entre Estados (RIBEIRO, 2025). No Brasil, embora a diplomacia cultural esteja presente desde o século XIX, sua institucionalização se deu de forma gradual, com avanços recentes como a criação do Instituto Guimarães Rosa (FERREIRA, 2023). Já na Índia, a consolidação dessa prática ocorreu de maneira mais centralizada e precoce, com a criação do Indian Council for Cultural Relations (ICCR), em 1950, como resultado de discussões regionais sobre cultura. Ambos os países, ao utilizarem a cultura como instrumento de inserção internacional, buscam fortalecer suas presenças no cenário global, sobretudo em países emergentes e regiões estratégicas.

2.1. Diplomacia Cultural Brasileira: Breve Contexto

A cultura tem ocupado papel cada vez mais relevante nas estratégias de política externa de diversos países, funcionando como meio de projeção internacional e ferramenta de aproximação entre Estados (RIBEIRO, 2025). No Brasil, embora a diplomacia cultural esteja presente desde o século XIX, sua institucionalização se deu de forma gradual, com avanços recentes como a criação do Instituto Guimarães Rosa (FERREIRA, 2023). Já na Índia, a consolidação dessa prática ocorreu de maneira mais centralizada e precoce, com a criação do Indian Council for Cultural Relations (ICCR), em 1950, como resultado de discussões regionais sobre cultura. Ambos os países, ao utilizarem a cultura como instrumento de inserção internacional, buscam fortalecer suas presenças no cenário global, sobretudo em países emergentes e regiões estratégicas.

A Diplomacia Cultural está presente nas estratégias de inserção internacional do Brasil desde, no mínimo, o Segundo Reinado. Em 1889, com apoio do império, foi lançada a obra "*Le Brésil*", unindo grandes nomes da chamada "alta sociedade" brasileira, com o objetivo de construir uma imagem de país civilizado no cenário internacional. (FERREIRA, 2023, p.187-188). Durante os anos que se seguiram, esse instrumento serviu como defensor de interesses econômicos e estratégicos brasileiros no mundo. (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.203).

Tal definição também é apresentada por Edgard Telles Ribeiro (2025) quando, na sua obra "Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira", diz que "A Diplomacia Cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica." (RIBEIRO, 2025, p.31)

Durante os anos em que o Barão de Rio Branco foi o chefe do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, entre 1902 e 1912, o órgão começou a trabalhar na propagação de uma imagem prestigiosa e lapidada do Brasil, com o objetivo de estabelecer os padrões aos quais o país desejava ser reconhecido no exterior (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.205), mas não necessariamente de uma imagem fidedigna. Não por acaso, o Barão de Rio Branco foi um dos autores da obra "*Le Brésil"*, evidenciando a continuidade dessa estratégia de apresentação do país.

O Brasil continuou incentivando a propagação do seu idioma e cultura para os outros países de forma discreta, com a criação do Serviço de Expansão Intelectual, em 1934 (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.206), tendo como base do seu texto de constituição o seguinte trecho:

> Organizar um fichário com o endereço de todos os escritores, de todos os países, capazes de se interessar pela literatura e pela vida cultural do Brasil, sobretudo aqueles que, por conhecerem o idioma castelhano, possam mais facilmente entender o português (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.206 *apud* Arquivo RC/AMLB/FCRB, 1-3-1934, p. 1-2)

Dessa forma, entende-se que, mesmo que "os objetos e os destinatários dessa diplomacia se desenvolveram no início dos anos 1960" — e que estes seriam a América Latina, os Estados Unidos, a Europa e a África (DUMONT; FLECHET, 2014, p.216) — já se pensava, na década de 30, nessa expansão cultural para regiões estratégicas do globo, principalmente para aquelas que possuíam um idioma semelhante, como o espanhol.

Em seguida, o Departamento Cultural do Itamaraty (DC) de 1938 iniciou o caminho para o estabelecimento do Departamento Político Econômico e Cultural (DPEC) e da Divisão Cultural do Itamaraty (DCI) — mantendo a sigla da antes chamada Divisão de Cooperação Intelectual — em 1946 , que de fato iriam realizar missões diplomáticas específicas para a promoção da cultura (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p. 210; TORRECUSO, 2021, p. 210).

Aproximadamente 15 anos depois, com a lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961 e uma reorganização do Itamaraty, a Divisão Cultural do Itamaraty (DCI) passou a integrar o Departamento Cultural de Informações (DCInf), que era composto pelas: Divisão de Cooperação Intelectual (DCInt), Divisão de Difusão Cultural

(DDC) e Divisão de Informações (DI), modelo que esteve atuante durante o início do período ditatorial (BRASIL, 1961).

> Após a anexação da DI à Secretaria Geral do Itamaraty, em 1968, a DCinf reorientou suas atividades relacionadas aos intercâmbios científicos e à ação cultural, transformando-se no Departamento Cultural (DC), e, em seguida, no Departamento de Cooperação Cultural, Científico e Tecnológico (DCT). Em 1975, a DDC, a DCInt e a Divisão de Cooperação Técnica (DCTec) foram agrupadas. A criação da Divisão de Divulgação (DDI) no ano de 1978, a fim de 'promover a realidade brasileira no exterior com ênfase nos assuntos do cinema e da televisão', anexou ainda as competências do DCT, alcançando, dessa forma, de acordo com Cícero Martins, seu mais amplo campo de ação (DUMONT; FLECHET, 2014, p.210).

É de notar que, durante um bom tempo, o Brasil era visto somente como consumidor de cultura estrangeira, principalmente dos países do norte global e Europa, na lógica de que "os ventos da cultura sopram senão do leste para oeste ou de norte para sul" (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.204). A movimentação para estruturar os departamentos responsáveis pelas ações culturais foi crucial para o fortalecimento da Diplomacia Cultural Brasileira, influenciando sua configuração até os dias de hoje, de forma que iniciou a transição destes ventos e passou a também levar os ares da cultura brasileira para fora do território. Após o Departamento Cultural e de Informações, surge o Departamento Cultural e Educacional (DCED) e a Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira, o DCULT (FERNANDES, 2022).

Foi em 2022 que estes departamentos e divisões, Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (DCULT) e DCED — agora chamado de Divisão de Cooperação Educacional (DCE) —, se juntariam à Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC) e a Divisão de Língua Portuguesa (DLP) para comporem o recém criado Instituto Guimarães Rosa (IGR), estabelecido pelo Decreto nº 11.024, de 31/03/2022 (BRASIL, 2023a). Agora, de forma estruturada, o Instituto teria funções mais bem estabelecidas, além de contar com uma sede e unidades espalhadas por todo o mundo. Discutiremos essa disposição geográfica do IGR ao longo do trabalho, trazendo uma comparação com a do o instituto indiano, que será apresentado na próxima seção.

2.2. Diplomacia Cultural Indiana: Breve Contexto

Diferente do que observamos na trajetória brasileira, a Diplomacia Cultural Indiana manteve-se, desde o início, vinculada a um único órgão responsável por essa função: o Conselho Indiano para Relações Culturais (ICCR). O contexto de sua criação é o de uma Índia pré-independência, quando o domínio inglês já não era tão forte e estava prestes a encerrar.

O ICCR viria a surgir a partir da "*Asian Relations Conference*" [‡], que ocorreu em Delhi, em 1947. Durante o evento, alguns delegados, principalmente da Índia, buscavam a criação de um instituto cultural e científico de toda a Ásia, focando em bolsas de estudo e intercâmbio de professores entre os países (APPADORAI, 1948, p.200).

Inicialmente, o ICCR era vinculado ao Ministério da Educação, mas 12 anos depois, em 1970, foi transferido para o Ministério das Relações Exteriores, com a ideia de que seria uma ferramenta da política externa indiana. Essa decisão foi tão assertiva que, em mais alguns anos, o ICCR assumiu o Departamento de Cultura, sendo responsável "pela cultura que sai e pela cultura que entra". (ICCR, 2025b)

[‡] Conferência de Relações Asiáticas (tradução nossa)

Logo, ao transferir a incumbência sobre o ICCR para o Ministério das Relações Exteriores, a Índia deixava clara a sua posição de comprometimento para com a sua diplomacia — propriamente dita — cultural. Para o embaixador e ex-diretor do ICCR, Pavan K. Varma (2008, p.73), a diplomacia cultural é algo comum para os indianos, visto que suas próprias comunidades reforçam a necessidade de sua utilização nas interações entre si. A valorização das diversas culturas que compõem o próprio país é vista como essencial antes — e paralelamente — à sua promoção e interação com culturas estrangeiras; por isso, o contato com o que vem de fora não é exatamente uma novidade.

Pensando no contexto doméstico — considerando que a Índia é um dos poucos países tão vastos, diversificados e antigos do ponto de vista cultural (INDIA, [s.d.]; OLIVEIRA, 1994, p. 139) — torna-se evidente a necessidade de uma ferramenta capaz de unificar a nação. A realidade indiana explica a existência das 11 unidades do ICCR dentro do próprio território, voltadas ao fortalecimento das relações culturais, à redução da violência e ao uso da diplomacia cultural também para incentivar as relações comerciais e sociais entre os estados (BRASS, 1994, p.11). Essa presença interna dos Centros reforça a importância de promover a coesão cultural dentro do país, além de facilitar o diálogo com os países da região, como Butão, Nepal, Bangladesh e Mianmar (MUKHERJEE, 2009, p.158).

3. As Relações Culturais

Nesta seção serão abordadas as relações do Brasil e da Índia entre si e com o mundo, demonstrando — de forma breve — como tem se dado em relação ao comércio, ao intercâmbio de estudantes e professores e as interações diplomáticas entre os países. Além disso, serão abordadas algumas características de ambos os Institutos Culturais, como a distribuição geográfica e econômica de forma comparativa, a fim de entendermos quais são as principais diferenças e quais podem ser as mudanças a serem implementadas em cada órgão, tomando por base — quando pertinente — o modelo do outro.

3.1. Distribuição Geográfica e Econômica do ICCR

A distribuição geográfica do *Indian Council for Cultural Relations* é um fator importante a se analisar quando pensamos em política externa e presença indiana no mundo. As 37 unidades do ICCR fora da Índia estão distribuídas da seguinte maneira: 21 na Ásia, 5 na Europa, 5 nas Américas, 4 na África e 2 na Oceania. (ICCR, 2025b). No continente asiático a presença é substancialmente maior, pois a estratégia indiana — no que envolve a diplomacia cultural — está focada nos países da região, influenciado pelo histórico e os objetivos iniciais da Conferência Asiática, como a aproximação dos países do continente.

Se pensarmos na distribuição das unidades do ICCR por sub-região do continente asiático[§], encontraremos 6 no Sudeste Asiático, 5 na Ásia Meridional, 4 na Ásia Central, 3 na Ásia Oriental, 2 no Oriente Médio e 1 na Ásia Setentrional. A presença indiana no sudeste asiático reforça a construção das relações de segurança e confiabilidade, principalmente com os países da ASEAN, que vêem a região como de grande importância econômica. Além disso, a exportação de símbolos religiosos indianos como o Buda ou os deuses hindus — para países como Tailândia e Vietnam — demonstram a presença da comunidade indiana nestes locais e sua influência cultural (SHEKAR, 2024, p.81).

[§] Para fins analíticos, o autor adota a divisão da Ásia em seis grandes regiões geográficas e culturais: Extremo Oriente (ou Ásia Oriental), Ásia Central, Ásia Meridional, Sudeste Asiático, Oriente Médio e Ásia Oriental, conforme abordado por Husain (2020), Madepalli e Bhatia (2021) e Fajardo (2020).

Há de se destacar, também, a presença em pequenos países que compõem a diáspora indiana, como Fiji, Guiana, Ilhas Maurício, Maldivas, Suriname e Trindade e Tobago. Essa presença do ICCR nesses países serve para localizar concentrações de pessoas de origem indiana e construir relações mais próximas entre os governos, influenciando diretamente na forma que a comunidade é vista pelo país de acolhimento (SRINIVAS, 2019, p.81).

O ICCR também estava presente, em 2022, em 5 dos 10 maiores parceiros comerciais de importação — Brasil em 13º lugar —, e em 5 dos 10 maiores parceiros comerciais de exportação indiana — Brasil em 26º lugar — segundo a ferramenta *World Integrated Trade Solution*[**] - WITS do Banco Mundial (WITS, 2022b).

Dessa forma, corroborando com o que argumenta Telles Ribeiro (2025, p.31-32, 44, 55), a presença contínua de unidades do ICCR nos países com unidade fixa contribui, mesmo que não diretamente, para o fortalecimento das relações comerciais, na medida em que a atuação cultural constante cria um ambiente mais favorável à cooperação e ao entendimento mútuo, cujos efeitos se tornam cada vez mais evidentes com o passar do tempo.

Além disso, a presença do ICCR nos países fundadores do BRICS demonstra uma atenção especial em como a diplomacia cultural indiana não só visa os resultados comerciais, mas também pode agir no estreitamento de laços entre os países do bloco, no aumento da confiança e, consequentemente, no desenvolvimento das demais discussões.

3.2. Distribuição Geográfica e Econômica do IGR

A cultura tem ocupado papel cada vez mais relevante nas estratégias de política externa de diversos países, funcionando como meio de projeção internacional e ferramenta de aproximação entre Estados (RIBEIRO, 2025). No Brasil, embora a diplomacia cultural esteja presente desde o século XIX, sua institucionalização se deu de forma gradual, com avanços recentes como a criação do Instituto Guimarães Rosa (FERREIRA, 2023). Já na Índia, a consolidação dessa prática ocorreu de maneira mais centralizada e precoce, com a criação do Indian Council for Cultural Relations (ICCR

A distribuição geográfica do Instituto Guimarães Rosa possui — em partes — um mesmo foco. No total, além da sede brasileira, o IGR possui 24 unidades no exterior. A distribuição nos continentes se dá da seguinte maneira: 13 nas Américas, 6 na África, 3 na Europa e 2 na Ásia, sem unidades na Oceania.

É possível observar que, assim como o ICCR, a distribuição do instituto brasileiro se dá principalmente nos países vizinhos e do próprio continente. Essa distribuição pode ser explicada pelo objetivo da diplomacia cultural brasileira em expandir sua influência cultural para países de língua hispânica e portuguesa, visando facilitar o contato e absorção da cultura brasileira, sobretudo, a literatura (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p.206 *apud* Arquivo RC/AMLB/FCRB, 1-3-1934, p. 1-2).

O IGR possui sede em 3 dos 10 maiores parceiros comerciais de importação, e em 4 dos 10 maiores parceiros comerciais de exportação brasileira. Vale destacar que — em ambos os *rankings* — a Índia está entre os 10 maiores parceiros do Brasil, como 5º em importação e como 10º em exportação (WITS, 2022a). Já nos países da "diáspora brasileira", considerando os dados da pesquisa "Empoderando a Diáspora Sul-Americana Como Agente do Desenvolvimento Sustentável" da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o IGR só está presente na Itália e no Paraguai (OIM, 2022, p.13).

[**] Solução Mundial Integrada para o Comércio (tradução nossa)

Mesmo tendo em 2022, no total, 157 postos internacionais que promovem a cultura no exterior (BRASIL, 2023b, p.174), são as unidades fixas do Instituto Guimarães Rosa que conferem o caráter de continuidade nos trabalhos desenvolvidos e promovem a confiabilidade e segurança entre países. Assim como prevê a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 no que se refere à instalação de embaixadas, o estabelecimento de um órgão cultural em outro país também deveria ser considerado um dos atos diplomáticos mais significativos, pois simboliza, de forma concreta, o interesse em cooperação e intercâmbio entre Estados. É por meio da presença institucional e da assimilação cultural que se reconhecem a legitimidade e a estabilidade das relações bilaterais.

> A ideia básica aqui não poderia ser mais singela: se um país é detentor de uma cultura rica, forte, variada, dinâmica – e dela se orgulha a ponto de difundi-la fora de suas fronteiras – esse país, ao demonstrar sua capacidade no plano cultural, estará igualmente chamando a atenção, implicitamente, para suas qualificações em outras áreas de atuação, por mais variadas que sejam. (RIBEIRO, 2011, p.37)

A Índia, além de destaque em comércio com o Brasil — e com previsões de crescimento para os próximos anos (MUKHI, 2023, p.156) — possui similaridades com o país. Para mais do que uma ex-colônia do Reino Unido, a Índia também teve parte do seu território colonizado por Portugal: a região de Goa, na costa oeste. Durante o período colonial, Goa e o Brasil já mantinham entre si o intercâmbio de especiarias, além da troca técnica entre especialistas em cultivo, com o objetivo de adaptar novas espécies, como a canela, a pimenta e a noz-moscada (TAVARES, 2023, p.27). Mesmo após a independência de ambas as partes, a herança cultural portuguesa permaneceu fortemente enraizada, moldando aspectos das culturas locais, o que se reflete, até hoje, na presença lusitana na religião, na arquitetura e no vocabulário goês[††] e brasileiro (COSTA, 2023, p.58). O português, ainda hoje, é um idioma falado na região de Goa, e mesmo que não componha os idiomas oficiais do país, mantém-se presente, por exemplo, em sinalizações e museus[‡‡]. O estímulo ao idioma e cultura lusófona — que em 2022 contava com aproximadamente 10 mil falantes e 2 mil estudantes — vem como forma de evitar a extinção desse fator comum de aproximação cultural (XAVIER, 2022, p.23). Portanto, a instalação de um Instituto Guimarães Rosa no país, especialmente no estado de Goa, cumpriria tanto os objetivos do próprio Instituto em "coordenar a participação do Governo brasileiro em [...] promoção da língua portuguesa" (BRASIL, 2023a), como no incentivo de resultados a longo prazo nos demais setores, como o econômico.

4. Considerações Finais

A análise comparativa entre os Institutos Culturais do Brasil e da Índia traz à tona diferenças estruturais, estratégicas e nos objetivos, que refletem as prioridades de cada país, mas também suas compreensões sobre o papel da cultura no cenário internacional. Ambos os órgãos — o Conselho Indiano para Relações Culturais (ICCR) e o Instituto Guimarães Rosa (IGR) — demonstram uma valorização da cultura como ferramenta de aproximação e construção de vínculos duradouros com outros Estados. No entanto, o modo como essa valorização se transforma em ações concretas muda consideravelmente.

Ao passo que a diplomacia cultural indiana é marcada por uma distribuição estratégica de seus centros culturais, que revela tanto a intenção de aprofundar os laços com seus vizinhos quanto a preocupação com regiões de importância geopolítica, a diplomacia cultural brasileira tem priorizado sua vizinhança, com uma projeção maior na América Latina e na África. A Índia, por sua vez, demonstra um planejamento que articula cultura, segurança e economia, com presença marcante nos países do BRICS, da ASEAN e em parceiros

---

[††] Gentílico do estado de Goa, na Índia.
[‡‡] Baseado na experiência do autor em visita à Goa em dezembro de 2022.

comerciais de relevância, conforme os dados do WITS. A atuação brasileira, ainda que legítima e consistente em certos aspectos, necessita de uma projeção mais ambiciosa e coordenada com interesses estratégicos, como de defesa e de inserção econômica.

A ausência de unidades do IGR em países importantes para a política externa brasileira, como os grandes parceiros comerciais da Ásia e da Oceania, destaca uma lacuna que precisa ser preenchida com planejamento e visão de longo prazo. A instalação de centros culturais nesses territórios não deve ser pensada apenas como um gesto simbólico, mas como uma estratégia concreta de política externa, alinhada à ideia de que a simpatia cultural precede a confiabilidade e a colaboração política e econômica, como já em 1989 ressaltava Telles Ribeiro em sua obra.

A persistência da herança cultural portuguesa em Goa mesmo após a independência, revela a profundidade dos vínculos históricos compartilhados com o Brasil, reforçando a existência de um campo fértil para a atuação da diplomacia cultural brasileira. A presença contínua da língua portuguesa, ainda que pequena, e os esforços locais para sua preservação indicam uma afinidade simbólica que pode e deve ser explorada como ponto de partida para ações de cooperação. Nesse contexto, a instalação de um Instituto Guimarães Rosa não apenas resgataria uma história comum, mas também cumpriria um dos objetivos centrais do Instituto: a promoção da língua portuguesa e suas variantes, especialmente em uma região com receptividade à lusofonia, potencializando, a partir desse laço histórico-cultural, novos diálogos e colaborações nos âmbitos educacional, econômico e político. Em um contexto de fortalecimento das relações sul-sul e dos compromissos assumidos por meio da Comissão Mista Indo-brasileira e da participação em fóruns como o IBAS e o BRICS+, a reciprocidade na presença institucional cultural poderia fortalecer ainda mais os laços entre Brasil e Índia, reforçando não apenas a amizade bilateral, mas também ampliando os canais de cooperação em setores como educação, ciência, tecnologia.

A comparação revela, também, que o ICCR compreende a cultura como uma ferramenta de integração nacional. A presença de 11 unidades do ICCR dentro do próprio território reforça a noção de que a diplomacia cultural deve ser exercida também no contexto doméstico, para que assim seja possível utilizar de uma diplomacia cultural coesa e ordenada nas relações da Índia com o mundo. Trata-se de compreender o papel da cultura, sobretudo, na formação inicial de uma identidade nacional sólida e plural, para então projetar essa mesma identidade no cenário internacional, seguindo a lógica adotada pelo ICCR de difundir a cultura indiana sob sua própria ótica. Essa perspectiva poderia ser melhor explorada pelo Brasil, especialmente considerando seu próprio potencial cultural e as possibilidades de integração regional.

Por fim, é fundamental reconhecer que, para que o Brasil se afirme como um ator relevante no cenário internacional — o que já vem buscando há muito tempo — a cultura precisa deixar de ser tratada como um enfeite da diplomacia e passar a ser pensada como instrumento estratégico. A promoção cultural contínua em países-chave pode gerar resultados concretos e duradouros, tanto na maior receptividade da população local quanto na criação de ambientes favoráveis à cooperação. Dessa maneira, se o Brasil, assim como a Índia, deseja fortalecer suas relações comerciais e ampliar sua inserção em mercados estratégicos, investir na divulgação estruturada e permanente de sua cultura — por meio do IGR — será uma escolha tão necessária quanto promissora.

Referências

Appadorai, A. (Org.). (1948). *Asian Relations: Being Report of the Proceedings and Documentation of the*

First Asian Relations Conference, New Delhi. Padma Publications Ltd.

Brasil. (1961). *Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961. Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências*. Diário Oficial da União. https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3917.htm

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2021). *Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira*. Gov.br. https://gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/promocao-da-cultura-brasileira/divisao-de-acoes-de-promocao-da-cultura-brasileira

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2023a). *Instituto Guimarães Rosa*. Gov.br. https://gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/instituto-guimaraes-rosa

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2023b). *Relatório de gestão integrado do Ministério das Relações Exteriores 2022*. MRE.

Brass, P. R. (1994). *The politics of India since independence* (2. ed.). Cambridge University Press.

BRICS. (2025). *Portal oficial da Presidência Brasileira do BRICS*. https://brics.br/pt-br

Castro, F. M. de O. (2009). *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808–2008)*. Fundação Alexandre de Gusmão.

Coelho, R. P., & Almeida, C. C. L. de. (2024). Os 70 anos do Leitorado Brasileiro: do Serviço de Expansão Intelectual ao Leitorado Guimarães Rosa. In *3º Conecta Leitores - Os 70 anos do Programa Leitorado: pluralidade e heterogeneidade de línguas e culturas do Brasil* (p. 10). FUNAG.

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. (1961). *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961*. https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm

Costa, F. (2023). Do Samba a Bollywood, da Ioga à Capoeira: a interação das sociedades brasileira e indiana como contribuição para reforçar os laços dos gigantes emergentes nas plataformas multilaterais. In E. Uziel (Org.), *Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro* (pp. 45–72). FUNAG.

Dumont, J., & Fléchet, A. (2014). "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, *34*(67), 203–221.

Fernandes, L. G. (2022, 25 junho). *O Instituto Guimarães Rosa e a diplomacia cultural brasileira*. Interesse Nacional. https://interessenacional.com.br/portal/o-instituto-guimaraes-rosa-e-a-diplomacia-cultural-brasileira/

Ferreira, G. N. (2023). O Segundo Reinado (1840–1889). In G. Fonseca Junior (Org.), *Política externa brasileira: história e historiografia* (pp. 169–198). FUNAG.

India. Ministry of Culture. (s.d.). *Indian Culture*. https://moc.php-staging.com/indian-culture-0

Indian Council for Cultural Relations – ICCR. (s.d.a). *Constitution: Memorandum of Association and Rules*. https://iccr.gov.in/about-us/constitution

Indian Council for Cultural Relations – ICCR. (s.d.b). *History*. https://iccr.gov.in/index.php/about-us/history

Indian Council for Cultural Relations – ICCR. (s.d.c). *Indian Cultural Center Abroad*. https://iccr.gov.in/index.php/cultural/indian-cultural-center-map

Mukherjee, P. (2009). Speech by External Affairs Minister Pranab Mukherjee on the occasion of

inauguration of Rabindranath Tagore Centre in Kolkata. In A. S. Bhasin (Org.), *India's foreign relations – 2008* (p. 158). Public Diplomacy Division, Ministry of External Affairs.

Mukhi, U. (2023). O papel das escolas de negócio no estímulo às relações bilaterais: caso da FGV EASP. In E. Uziel (Org.), *Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro* (pp. 151–174). FUNAG.

Oliveira, A. P. de. (2008). Índia: estratégia e política externa. In *III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí – III CNPEPI* (pp. 137–156). FUNAG.

Organização Internacional para as Migrações – OIM. (2022). *Empoderando a diáspora sul-americana como agente do desenvolvimento sustentável*. OIM.

Ribeiro, E. T. (2025). *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira* (3. ed.). FUNAG. (Coleção Cultura e Diplomacia).

Shekhar, C. (2024). Role of culture in shaping India-Southeast Asian security relations and confidence building measures: continuity and change. *Research Reinforcement*, *12*(2), 78–84.

Srinivas, J. (2019). Modi's cultural diplomacy and role of Indian diaspora. *Central European Journal of International and Security Studies*, *13*(2), 74–90.

Tavares, C. (2023). Conexões entre Índia e Brasil - séculos XIV a XIX. In E. Uziel (Org.), *Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro* (pp. 23–43). FUNAG.

Torrecuso, P. A. D. (2021). Verbete Leitorado. In A. Pilati & N. Viana (Orgs.), *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português* (pp. 209–227). FUNAG.

Uebel, R. R. G. (2019). "Cruzando Artha": a migração Índia-Brasil e as possibilidades de cooperação. In K. C. Vazquez (Org.), *Relações Brasil-Índia: além dos 70 anos* (pp. 35–47). FUNAG.

Varma, P. K. (2008). Culture as an instrument of diplomacy. *Indian Foreign Affairs Journal*, *3*(2), 68–74.

Vieira, M. (2023). Prefácio. In E. Uziel (Org.), *Brasil e Índia: os 75 anos de relações diplomáticas e uma agenda para o futuro* (pp. 9–11). FUNAG.

Viswanathan, R. (2019). Apresentação pela Índia. In K. C. Vazquez (Org.), *Relações Brasil-Índia: além dos 70 anos* (pp. 17–25). FUNAG.

World Integrated Trade Solution – WITS. (2022a). *Brasil – importações e exportações, 2022*. https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/Year/2022/TradeFlow/EXPIMP/Partner/by-country

World Integrated Trade Solution – WITS. (2022b). *Índia – importações e exportações, 2022*. https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IND/Year/2022/TradeFlow/EXPIMP/Partner/by-country

Xavier, A. (2022). A língua portuguesa em Goa (Índia) e a Sociedade Lusófona de Goa. *Linha Mestra*, (47), 19–28. https://doi.org/10.34112/1980-9026A2022N47P19-28